

## NOTA DE ABERTURA

O número 33 da Revista “Lusíada. Economia & Empresa” apresenta-se muito rico ao integrar um conjunto muito diversificado de artigos que vão da responsabilidade social nas empresas, a questões associadas às políticas de dividendos, passando pela adulteração da ajuda ao desenvolvimento, pela crise energética europeia (incluindo a problemática portuguesa), pelas causas e consequências da inflação, pelo impacto da evolução demográfica em Portugal, pela Agenda Económica da Administração Biden e pela relevância das florestas no nosso País.

Os Professores Mário Antão, Cândido Moreira e Catarina Terrinca, no artigo intitulado “A influência dos prémios na divulgação da informação não financeira pelas entidades portuguesas”, tiveram como objectivo central comparar o nível de divulgação voluntária de informação entre instituições premiadas e as demais, com semelhanças em idade, localização e sector de actividade, a fim de se procurar compreender os aspectos tidos como mais relevantes aquando da divulgação de práticas de responsabilidade social (RS).

Conclui-se que, em princípio, as organizações premiadas tendem a ser mais activas na divulgação de práticas de RS, incluindo os seus websites com áreas exclusivas para a divulgação dos seus projectos, explicitando os princípios de RS em que se baseariam para tal, ao contrário do que tende a suceder com elevado número de organizações não premiadas.

Por outro lado, o Professor Fernando Padilha, no seu artigo sobre “A Política de dividendos: abordagem financeira associada a variáveis quantitativas”, preocupa-se, essencialmente, com o modelo de Modigliani e Miller, assente no pressuposto de um mercado de capitais perfeito, modelo esse que conclui pela irrelevância da política de dividendos na determinação da riqueza dos accionistas, bem como com as teorias da agência e da sinalização (que abandonaram a condição inicial de um mercado perfeito).

O Professor Mira Amaral, no seu artigo “A crise europeia e o caso português”, começa por referir o que designa de descarbonização para, de seguida, mencionar a tentativa de diversificação energética da Europa face ao perigo representado pela excessiva dependência da Rússia. No final do seu interessante artigo, apresenta um conjunto muito diversificado de propostas para a política energética a implementar futuramente em Portugal.

O Professor Mário Caldeira Dias inicia o seu muito interessante artigo com um curto enquadramento histórico, caracterizando, de seguida, os diferentes tipos de inflação e explicando, de uma forma muito detalhada, as diferentes políticas de controle (ou de convivência) com a sobredita inflação que podem ser implementadas, procurando conciliá-las com a minimização dos custos sociais decorrentes do processo inflacionista.

O Professor Miguel Coelho, no seu artigo “Demografia, economia, saúde e segurança social”, pretende, sobretudo, analisar, numa perspectiva de longo prazo, quais serão as consequências para Portugal, nos domínios económico, da segurança social e da saúde, de um “inverno” demográfico que se traduza numa rápida inversão da pirâmide etária, a par de uma redução substancial da população.

Patrick Sieger-Lathrop, com o seu artigo intitulado de “Biden’s Transformative Economic Agenda, Two Years into his Administration”, produziu uma análise de grande alcance, em que estudou as limitações com que, à partida, se confronta a Administração Biden, para, depois, referir o conjunto de aspectos positivos e negativos das políticas que foram adoptadas, terminando o autor com uma nota de moderado optimismo.

O Professor Rúben Raposo elaborou um artigo intitulado “Da falta de mercado ao novo contrato social”, no qual salienta uma nova política de remuneração dos serviços de ecossistemas em espaços rurais e florestais, serviços esses que têm que ver com o controlo da erosão, o sequestro do carbono, a regulação do ciclo hidrológico, a conservação da biodiversidade, a redução da susceptibilidade ao fogo e a melhoria da qualidade da paisagem.

Refere, ainda, o Programa de Transformação da Paisagem, a previsão de que vinte territórios venham a beneficiar deste Programa e o facto de, presentemente, estarem em desenvolvimento quatro espaços florestais.

Finalmente, o signatário da presente Nota de Abertura tomou a liberdade de contribuir com um texto intitulado “Da Adulteração da Ajuda ao Desenvolvimento. A presença chinesa em África”.

O autor pretendeu, no essencial, chegar às seguintes conclusões: 1) a presença chinesa em África não assenta, verdadeiramente, em Investimento

Directo Estrangeiro de proveniência chinesa, antes passando pelo financiamento de infraestruturas, crédito esse concedido aos Estados africanos e reembolsável em espécie, correspondendo a uma nova modalidade de “ajuda ligada”, altamente prejudicial para as comunidades locais; 2) a China pretende impor ao Mundo, através da implementação da estratégia “One Belt, One Road”, um “normativo” mais “suave”, em termos sanitários e sociais, de acordo com novas regras que permitam o acesso das suas empresas a mercados tradicionalmente tidos como mais exigentes.

Em síntese, trata-se de um conjunto relevante de contribuições analíticas que, para além de serem estruturais, se apresentam importantes como instrumentos de reflexão pelos economistas e gestores que procurem compreender uma realidade que está sempre em movimento.

Sendo certo que ao conhecimento será sempre necessário aliar a firmeza e a força de vontade, porque, como dizia Fernando Pessoa, “não basta ter condições para construir o Palácio, é preciso conseguir mesmo construí-lo”.

Nem mais, nem menos...

António Rebelo de Sousa

DOI: <https://doi.org/10.34628/9hea-m360>

ORCID 0000-0002-9547-916X